

MOÇÃO DE REPÚDIO À NOVA CARREIRA PARA A REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA

São Paulo, 4 de abril de 2022.

Professores, Departamentos e Estudantes da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo vêm a público manifestar seu repúdio à Lei Complementar nº 1.374, de 30 de março de 2022, que institui novo plano de carreira e vencimentos aos trabalhadores da rede estadual paulista de educação básica.

Inúmeras pesquisas científicas relevantes comprovam a necessidade de investimentos reais na valorização docente que garantam salário, jornada, carreira, formação inicial e continuada, para que se tenha a efetivação da escola pública de qualidade socialmente referenciada e que faça a diferença no desenvolvimento do país e no enfrentamento da desigualdade social, assegurando, de fato, o direito à educação aos brasileiros e brasileiras de diferentes idades, que já têm esse direito na Lei, mas não, ainda, na prática efetiva a todos e todas.

Na contramão da ciência, na última semana, assistimos ao exaustivo empenho do governo Dória/Rossieli em garantir a aprovação do projeto de lei junto ao legislativo, infelizmente, com êxito.

O Estatuto do Magistério é, além do mais, fruto do movimento docente que, sob a repressão nos anos 70 e 80, obteve sua aprovação por meio da Lei Complementar nº 444, de 27 de dezembro de 1985. Cabe destaque o fato de a gestão democrática constar nesta Lei, que regulamenta o exercício profissional do Magistério, ao afirmar, no Artigo 95, o Conselho de Escola, de natureza deliberativa, eleito anualmente. O governador e o Secretário desrespeitam a história democrática dessa construção e vilipendiam a carreira docente.

Além do ataque a diversos direitos previstos neste Estatuto, a nova Lei institui procedimentos de avaliação de natureza controladora junto à categoria e a **retirada dos salários em troca de subsídios**, o que se configura como um golpe sem precedentes contra a escola pública.

Submeter a categoria a esse processo perverso apenas demonstra a face de um governo que cultiva verdadeiro ódio contra os servidores e contra a educação.

Desta forma, considerando nosso empenho na defesa de uma escola pública e de qualidade para todas as pessoas, viemos a público com o objetivo de postular que a carreira dos docentes da Educação Básica paulista seja respeitada e valorizada verdadeiramente, sem a retirada de salários, sem inserção de subsídios e sem mais ataques aos que, durante todo o tempo, fizeram e fazem a escola estadual pública paulista acontecer e estar viva.